

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: 2214

Data: 18/07/91 Pg.: 05

Tese

Desmatamento ainda ameaça Amazônia

Aquecimento global e biodiversidade podem prejudicar a Rio 92

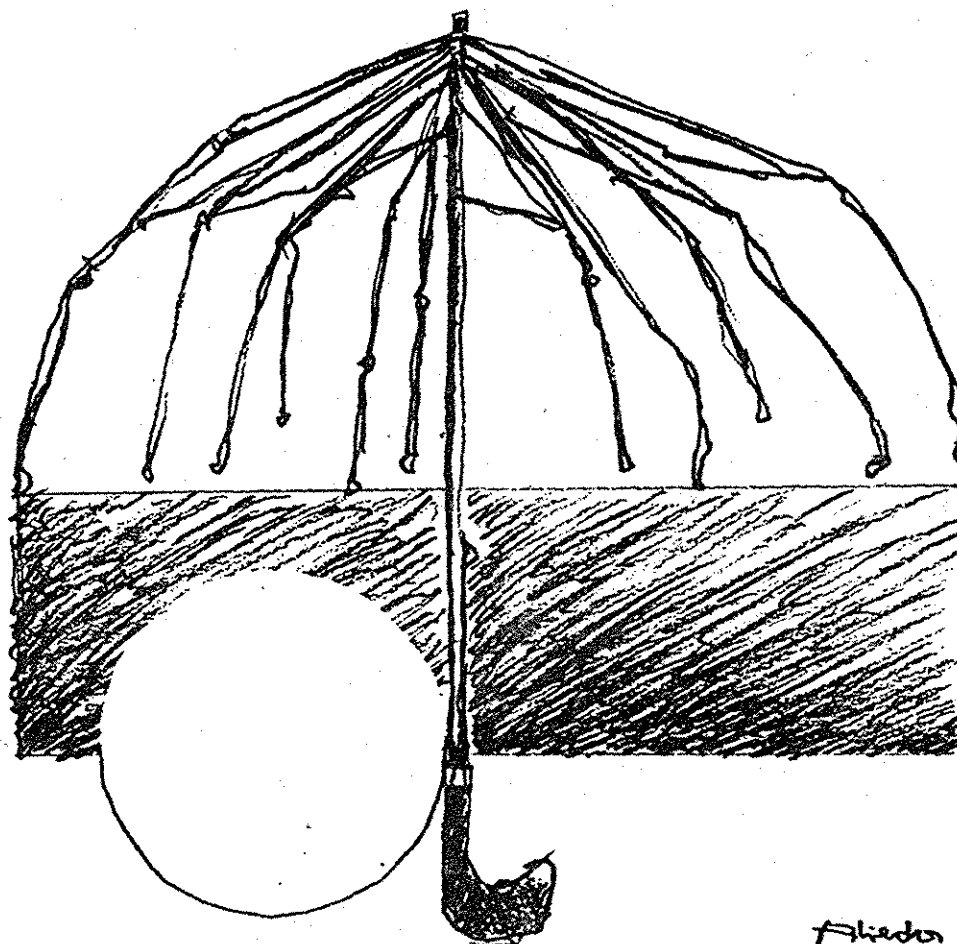
O desmatamento diminuiu na Amazônia porque a crise econômica inibe investimentos em grandes fazendas, e não por causa de maior fiscalização do governo; e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) será um fracasso se não forem assinados acordos para evitar o aquecimento global e preservar a diversidade biológica. As advertências foram feitas ontem por cientistas, durante o simpósio sobre mudanças climáticas da reunião da SBPC.

O diretor do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Philip Fearnside, disse que a média da área desmatada na região era de 22 mil quilômetros quadrados por ano. Em 89, caiu para 19 mil e, em 90, para 13,8 mil quilômetros quadrados. O pesquisador americano disse que o governo Collor acabou com os subsídios para o corte de árvores, mas não alterou os dispositivos legais que consideram desmatamento uma benfeitoria nem os incentivos para serrarias, mineração e fazendas de gado.

Quando a crise econômica brasileira acabar e voltarem os investimentos, prevê Fearnside, o ritmo anterior de derrubada da mata também será retomado. A destruição de uma floresta tropical na América Central traria um grande prejuízo pelas espécies extintas, explica o cientista. No caso da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, todo o clima terrestre pode ser afetado.

As queimadas na Amazônia contribuem com 6,3% dos gases que provocam o aquecimento global. Todo o consumo de combustíveis fósseis do Brasil produz 1,4%. O problema, afirma o diretor do Inpa, é que o desmatamento não resulta em praticamente nada — e é cinco vezes maior do que a queima de carvão e petróleo para movimentar toda a indústria e as atividades produtivas. Se não houver um controle do efeito estufa, a temperatura da Terra pode subir cinco graus no próximo século.

A primeira consequência de uma destruição significativa da Floresta Amazônica seria uma mudança no clima da região, com chuvas torrenciais na estação úmida e um período maior de estação seca, que já está aumentando e poderia chegar a grandes secas. Haveria uma alteração brusca na quantidade de água absorvida pelo solo e devolvida ao ar como vapor para formação de nuvens. Atualmente, a vege-



Alfredo

tação abundante ajuda a reter a água, regulando o ciclo da chuva. Em áreas de pastagem, a evaporação é muito mais rápida.

Uma análise dos mapas meteorológicos revela que as nuvens amazônicas esbarram na Cordilheira dos Andes, fazem um semicírculo, seguem em direção ao sul do Brasil e se espalham para provocar chuvas em toda a América do Sul. A destruição da floresta traria uma possível redução das chuvas. Hoje, metade da chuva é água da própria floresta; a outra metade vem do Oceano Atlântico.

Dez anos depois da derrubada, 35% das pastagens ainda produzem, mas 43% já não servem para alimentar o gado e 20,5% tornam-se capoeiras (mata secundária). Quando a área desmatada é pequena e é abandonada, a floresta se regenera, mas não se sabe até onde pode resistir. O que deve ser pesquisado intensivamente, propõe o diretor de Ecologia do Inpa, é o limite de tolerância, o quanto precisa ser

preservado na Amazônia para garantir a sobrevivência da floresta. Para Fearnside, isto é fundamental para definir qualquer projeto de zoneamento ecológico e desenvolvimento da região. O Inpa estuda ilhas de mata deixadas no meio de áreas de pastagem e nota que as árvores da periferia morrem muito mais cedo.

Na opinião do professor da USP Oswaldo Massambani, também não há segurança para prever os resultados do efeito estufa: "Só se sabe que as decisões de hoje influenciarão o futuro". A geógrafa Magda Lombardo, professora da USP e representante dos ambientalistas brasileiros na negociação sobre clima da ONU, destacou a imensa responsabilidade conjunta de cientistas, ambientalistas e governo para propor um novo relacionamento entre os países, delimitar a contribuição de cada um ao aquecimento global e verificar quem são os responsáveis pelo efeito estufa.

O controle da Amazônia

Philip Fearnside

"O código dos governadores é uma tentativa de tirar a autoridade do governo federal nas questões ambientais. A meu ver, seria uma catástrofe. Os governos estaduais têm menos preocupações ecológicas e estão mais sujeitos às pressões dos interesses econômicos locais. No governo anterior, Mestrinho quis liberar a exportação de madeira em toras e a caça de onças e jacarés. Outro grande escândalo do governo Mestrinho foi a aprovação da Codeama (Companhia de Desenvolvimento do Amazonas) para o início do funcionamento da Hidrelétrica de Balbina."

Magda Lombardo

"É uma visão equivocada. O importante é fortalecer o Ibama, órgão federal de controle e fiscalização ambiental. Esse órgão teria de desenvolver e aplicar uma política eficiente de ocupação da Amazônia, fazendo um monitoramento permanente e uma fiscalização eficiente. É fundamental concentrar os esforços em relação à Amazônia, um ecossistema único no mundo. As decisões políticas não podem ser fracionadas. A região precisa ser encarada como um todo para que seja possível realizar um zoneamento ecológico."

Enio Candotti

"Não me parece que seja uma proposta razoável. A Constituição prevê que a conservação de florestas e de recursos minerais é da responsabilidade da União, do governo federal. Talvez alguns estados possam se beneficiar com a proposta do governador Mestrinho, mas não todos os estados. Duvido que o Acre, o Pará e Tocantins estejam de acordo com essa idéia. É preciso ficar claro que há questões de competência dos estados e outras de competência da União. Os estados têm lá suas obrigações e, entre elas, está a de colaborar com o conjunto da nação."

Alfredo Machado

"O governador Gilberto Mestrinho pode propor o que ele quiser, só que vai ter de mudar a Constituição. Ele pode agir, mobilizar politicamente os governadores e até os moradores da Amazônia. Mas não vai conseguir controlar a política de meio ambiente, a não ser que ele declare a independência da Amazônia. Mas não vejo sentido, sobretudo agora, que o Grupo dos Sete países mais ricos do mundo está para aprovar ajuda de US\$ 1,5 bilhão para as florestas brasileiras. A Conferência de Estocolmo já previa que os desenvolvidos ajudassem o Terceiro Mundo."

Oswaldo Massambani

"É muito difícil falar sobre uma questão difícil assim sem um exame mais aprofundado. O problema é que as decisões sobre o futuro da Região Amazônica podem ficar concentradas nas mãos de pouquíssimas pessoas. Essa proposta do governador Gilberto Mestrinho pode dar poder demais aos grupos dominantes regionais. Isso pode provocar uma polarização excessiva em torno de interesses específicos locais que nós não conhecemos e não temos como controlar. E muitas vezes, provavelmente, esses interesses regionais não serão os mesmos do conjunto da nação."